

Economistas, autoridades e integrantes do governo de transição enfatizam o cenário complexo que a gestão Lula enfrentará na missão de melhorar as contas públicas, gerar emprego e elevar a qualidade de vida dos brasileiros

Passos necessários para transformar o país

» ROSANA HESSEL

A troca de governo de forma pacífica parece ser o menor dos obstáculos para o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de acordo com os palestrantes do seminário Desafios 2023 — o Brasil que queremos, realizado ontem, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com mediação dos jornalistas Vicente Nunes e Denise Rothenburg. O cenário abordado por economistas, autoridades e integrantes da transição, nos quatro painéis temáticos — Responsabilidade fiscal e social, O crescimento passa pela infraestrutura, Educação: a sociedade quer ser ouvida, e A saúde como fonte de sustentabilidade da nação — e nas três apresentações especiais, é bastante desafiador para o novo governo.

Lula herdará do presidente Jair Bolsonaro (PL) uma economia que não decola e que voltará a crescer pouco — as projeções do mercado são de alta inferior a 1% no Produto Interno Bruto (PIB) de 2023 —, com o freio de mão puxado pelos juros básicos nos maiores patamares desde 2016, de 13,75% ao ano. Além disso, precisará lidar com um Orçamento que não tem espaço fiscal para todas as promessas de campanha.

Aliar a responsabilidade fiscal com a social não será uma tarefa fácil, de acordo com os palestrantes. Na avaliação deles, o caminho para melhorar as contas públicas, gerar emprego e elevar a qualidade de vida dos brasileiros será via crescimento econômico. E, para isso, há necessidade de atrair investimentos privados em infraestrutura, aprimorar a qualidade da educação para reduzir a desigualdade social e aumentar a produtividade, e olhar com mais atenção para a saúde pública.

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central, abriu o seminário realizado de forma semipresencial no Centro de Convenções Ulysses Guimarães

A grande esperança dos participantes é de que a saúde e a educação sejam mesmo prioridade, e não apenas discurso eleitoreiro. Nesse sentido, o foco na educação básica também será fundamental para o país conseguir sair da armadilha da renda média baixa na qual está preso há décadas.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que tramita no Congresso para ampliar o limite do teto de gastos em R\$ 168 bilhões — e, assim, ajudar o novo governo a cumprir algumas promessas —, é a cereja do bolo da destruição do arcabouço fiscal atual, que precisará ser revisto pelo novo governo. Uma âncora crível e que recupere a credibilidade das

regras fiscais será fundamental, de acordo com os especialistas. E, como não basta aumentar gastos, Lula e sua equipe precisarão começar a apontar onde pretendem cortar despesas para abrir espaço fiscal para as novas despesas. Os palestrantes alertaram que, se o novo governo não vencer que vai ter zelo com o dinheiro, não conseguirá atrair investimento estrangeiro.

Na abertura do seminário, Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central, foi categórico ao afirmar ter muita preocupação com o cenário macroeconômico atual, em que a política fiscal está na contramão da política monetária. Ele ainda fez um alerta diante de toda a expansão fiscal que



Vamos ter que fazer algum ajuste. Não vamos nos iludir. Não existe mágica"

Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central

está sendo programada e que pode fazer com que o déficit primário em 2023 fique perto de 2% do PIB. E, mesmo com a necessidade de um novo arcabouço fiscal, como já sinalizou o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o governo precisará fazer um ajuste fiscal, seja pelo lado da receita (aumento de imposto), seja pelo

de gasto (corte de despesas). "Vamos ter que fazer algum ajuste. Não vamos nos iludir. Não existe mágica", frisou.

Sem âncoras fiscais

Fraga chamou a atenção para a falta de regras fiscais que sustentem e sejam cumpridas.

Ele lembrou que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 2001, apesar de ter sido especialmente bem desenhada, "não sobreviveu". E o teto de gastos, introduzido em 2016, "não cumpre mais a sua missão". "Hoje, estamos em uma situação muito preocupante. As âncoras do lado fiscal se foram", lamentou. Na retomada do crescimento, o ex-presidente do BC apontou como prioridades os investimentos em infraestrutura e a abertura comercial. "O Brasil é uma economia fechada, que não tem servido para nada", afirmou.

A credibilidade será fundamental para que pequenos, médios e grandes empresários tenham confiança para investir no país, como bem lembrou o ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles, na abertura do painel especial sobre o assunto.

Meirelles, que chefiou a equipe econômica responsável pela criação do teto de gastos, aprovado em 2016 e implementado desde 2017, defendeu que o novo arcabouço fiscal também continue focando a despesa, porque dívida e PIB, como ocorre em algumas propostas, fogem do controle do governo. O ex-ministro foi enfático ao criticar a falta de contrapartidas na PEC da Transição e defendeu um arcabouço fiscal centrado na despesa, como o teto de gastos que ele ajudou a construir.

O encerramento do evento foi feito pelo ex-presidente Michel Temer (MDB), que, em seu breve discurso, pregou a pacificação do país (leia abaixo). A seguir, nas próximas páginas deste caderno, os destaques do seminário realizado pelo **Correio** em parceria com Interfarma, Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), Brasal, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

Temer prega paz e harmonia no Brasil

» INGRID SOARES

Um dos participantes do seminário promovido pelo **Correio**, o ex-presidente Michel Temer (MDB) defendeu a pacificação política no país. "Estamos precisando do cumprimento da Constituição brasileira. Cumprir rigorosamente a Constituição, porque nestes tempos um pouco confusos que estamos vivendo, com muitas divergências entre brasileiros, entre instituições, entre Poderes, precisamos aplicar a Constituição, que é permeada toda ela pela ideia da paz, interna e internacional", enfatizou.

Segundo Temer, ao pedir o cumprimento da Constituição, está pregando "que tenhamos tranquilidade, tenhamos paz e harmonia no país". "É o que percebo que o povo mais quer. Onde quer que eu esteja, aqui ou no exterior, as pessoas perguntam quando é que o país vai se tranquilizar. Já é hora de fazermos isso", frisou.

"Aqui vai, reiteradamente, uma proposta de que todos pensem

nisso: trabalhar pela paz no Brasil, trabalhar pela harmonia, pela tranquilidade. Daí, sim, educação, saúde e economia caminharão adequadamente", afirmou.

O ex-presidente aconselhou o futuro governo Lula a aumentar a quantidade de escolas de ensino em tempo integral. "Conheci o sistema educacional de Seul, e lá, o ensino é em tempo integral. Acho que deveríamos caminhar para isso. Quando nós fizemos a reforma do ensino médio, no meu governo, desde lá, criamos 500 mil vagas de ensino integral. E em São Paulo, Rossieli (Soares), que foi ministro do governo, e Mendonça (Filho) criaram mais 2,5 milhões de vagas de ensino em tempo integral", disse.

Ele argumentou que o ensino em tempo integral tem duas vertentes. "A educacional, pois o aluno ficando mais tempo na escola e aprende mais, e a vertente social: em um país pobre como o nosso, o aluno se alimenta na própria escola", frisou. "Sei que isso custa bastante caro. É preciso que as equipes



Precisamos aplicar a Constituição, que é permeada, toda ela, pela ideia da paz, interna e internacional"

Michel Temer, ex-presidente da República

que estão trabalhando nessa matéria verifiquem como obter os recursos para essa hipótese que estou mencionando. Afinal, como aqui ficou ressaltado, educação é

tudo. Uma vez que tenha educação, tem pelo menos o princípio do desenvolvimento do país."

Sobre saúde, o ex-presidente sugeriu ao governo que terá

início em janeiro a construção de 100 hospitais. Conforme ressaltou, somando educação em tempo integral e atendimento de qualidade na saúde haverá

um "desenvolvimento extraordinário" no Brasil.

"No tema da saúde, vejo as pessoas elogiando o nosso SUS. O que falta, muitas vezes, são unidades hospitalares. E aqui vai mais um palpite: que a equipe de transição, aqueles que estão tocando a questão da Saúde, qual o meio e modo de obter recursos para a construção de 80 a 100 hospitais para atender os vulneráveis no país", recomendou. "Claro que, quando se fala em construir, precisa pensar em toda a estrutura hospitalar e, de igual maneira, a estrutura de pessoal nesses hospitais. Mas acho que essas duas hipóteses trariam um desenvolvimento extraordinário para o nosso país. Especialmente porque alcançariam aqueles mais vulneráveis do nosso sistema."

Por fim, Temer elogiou o jornal pela iniciativa do debate. "O seminário está tratando de temas importantíssimos. O novo governo está precisamente cuidando da nova transição e, portanto, desde já, fazendo seu plano de governo. Penso, embora não sendo especialista aprofundado, que boa parte das questões levantadas pelos expoentes podem vir a ser apreciadas e levadas adiante no plano de governo. Portanto, cumprimento do **Correio** pela oportunidade deste encontro", acrescentou.